

Entre transformação e continuidade: o Estado e a formação do circuito espacial do leite no Paraná

Valdeir de Oliveira Prestes¹
Luis Claudio Krajevski²

Resumo: O subsídio estrutural do Estado às atividades econômicas pode ser determinante para a consolidação ou avanço das mesmas, e isso inclui a pecuária leiteira. Assim, o objetivo deste estudo foi desvendar a ação do Estado do Paraná na formação e transformação desta estrutura produtiva, com foco específico no circuito espacial do leite no Paraná, entre 2000 e 2021. O referencial teórico-metodológico e o método empregado basearam-se em instrumentos técnicos de revisão bibliográfica, documental e uso de estatísticas secundárias. Os resultados indicam que o Paraná apresenta certa continuidade de um sistema de ação, que envolve a combinação de fatores e agentes no processo de formação histórica e transformação do espaço geográfico brasileiro. É possível, por sua vez, observar que a base de dados do poder executivo do Estado do Paraná evidencia investimentos em infraestruturas, abrangendo obras e ações em múltiplas frentes. Destaca-se, ainda, que as ações adotadas no uso do território selecionam regiões específicas do Paraná, que se associam à possível formação de poder de uma “elite regional do leite”.

Palavras-chave: Estado; circuito espacial do leite; economia paranaense.

Between Transformation and Continuity: The State and the formation of the spatial circuit of milk in Paraná

Abstract: The State's structural subsidy to economic activities can be decisive for their consolidation or advancement, including dairy farming. Thus, the objective of this study was to unveil the actions of the State of Paraná in the formation and transformation of the productive structure, with a specific focus on the spatial circuit of milk in Paraná between 2000 and 2021. The theoretical-methodological framework and the method employed were based on technical instruments such as bibliographic and documentary review, as well as the use of secondary statistics. The results indicate that Paraná presents a certain continuity of an action system that involves the combination of factors and agents in the process of historical formation and transformation of the Brazilian geographical space. It is also possible to observe that the database of the executive power of the State of Paraná highlights investments in infrastructure, encompassing works and actions on multiple fronts. It is also noteworthy that the actions adopted in the use of the territory select specific regions of Paraná, which are associated with the possible formation of power by a “regional dairy elite”.

Keywords: State; milk spatial circuit; Paraná economy.

1 Introdução

¹ Economista, mestre em Geografia e doutorando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP. Bolsista CAPES. E-mail: v289245@dac.unicamp.br

² Economista, doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR. E-mail: luisck@ufpr.br

Diante da necessidade histórica, o processo de formação socioespacial paranaense se transforma a partir da constituição econômica, geográfica e política brasileira. Com isso, coloca-se como central o entendimento do papel do Estado³ nessa articulação e mediação, pois, deve-se considerar a constituição de cada nação no seu dado tempo, em que cada sociedade manifesta nas diversas formas e conteúdo pelo e no espaço. Segundo Bourdieu (1996), a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural, político, entre outros. De acordo com Almeida (2020), as sociedades contemporâneas estão sob o domínio de um Estado, contudo, não significa dizer que os Estados são todos iguais quando historicamente considerados⁴. Em vista disso, pode-se compreender que as formas sociais – dentre as quais o Estado – materializam-se nas instituições. Em outras palavras, o Estado dispõe da força e do poder ao penetrar diferentes campos, seja por meio de políticas econômicas, regramentos jurídicos, entre outros.

A atividade leiteira é de significativa relevância para a economia paranaense e isso não está dissociado da ação estatal. Em 2021, os subsídios governamentais do governo do Paraná foram direcionados a projetos de infraestrutura, incluindo mecanização, pavimentação e aquisição de maquinaria, integrando o método de produção para a reprodução do capital do leite. No circuito espacial do leite⁵, o foco central dos projetos pode ser visualizado nos seguintes fomentos: aquisição e controle de compra do leite das crianças (R\$ 871.428.428,68); apoio ao fortalecimento da pecuária leiteira (R\$ 4.538.080,52); “Projeto Leite – Arenito Caiuá” (R\$ 1.384.500,00); “Projeto Leite Sudoeste” (R\$ 1.109.746,30) e “Projeto Leite – Norte Pioneiro” (R\$ 421.200,00) (Paraná, 2022).

Desse modo, o objetivo deste estudo foi desvendar a ação do Estado do Paraná na formação e transformação da estrutura produtiva, com foco específico no circuito espacial do leite no Paraná, entre 2000 e 2021. Nessa instância, discute-se o papel do Estado paranaense nas transformações socioespaciais na região⁶, examinando as políticas governamentais e seu reflexo ativo nas regiões que foram selecionadas para a produção de leite no Paraná, dentro de um recorte temporal. A hipótese

³ Lélia Gonzalez (2020) assinala que não existe apenas uma ação das pessoas em prol comum (classe), mas também de gênero e raça. Assim se precisa analisar uma série de elementos que constituíram o Estado na sua experiência particular. O Estado cria um imaginário de identidade nacional. Enquanto no marxismo, nas diversas correntes, o Estado tem relação para o surgimento do capitalismo, sem ter uma compreensão das relações que o constituem (Mascaro, 2022). Para Almeida e Caldas (2017), a análise das especificidades das formações econômico-sociais é crucial para que o tratamento do Estado e do direito como formas sociais capitalistas seja acompanhado de mediações históricas, sob pena de se incorrer em concepções meramente ideológicas, que em nada contribuiriam para formulação de uma teoria científica da sociedade ou definição de estratégias da ação política.

⁴ Por exemplo, o Estado brasileiro não é igual ao Estado francês, embora ambos sejam formalmente Estados.

⁵ Nas palavras de Santos e Silveira (2001, p.143), os circuitos espaciais da produção são “definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território”.

⁶ Em termos do recorte espacial, partiu-se das mesorregiões, considerando o Paraná como o espaço geográfico. Este recorte regional se justifica pela falta dos dados de modo estrutural ao longo do tempo de 2000-2021, quando utilizada a recente atualização metodológica do IBGE, no documento “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – 2017” (IBGE, 2020), na qual a primeira agrupa os municípios (microrregião desaparece) e a segunda engloba as mesorregiões.

deste estudo considera que a ação estatal consubstanciou o surgimento e consolidação de uma espécie de “elite do leite”⁷ no Paraná.

Do ponto de vista da abordagem teórica, para alcançar o objetivo geral e desvendá-lo, considerando as múltiplas determinações e contradições inerentes às dinâmicas da lógica da produção capitalista, o tema foi abordado considerando elementos de distintas disciplinas, a saber: Economia Política, Geografia Humana e História Econômica. No instrumental técnico, utilizaram-se revisão bibliográfica, documental e estatísticas secundárias a respeito do objeto direto estudado: a ação do Estado do Paraná na formação e transformação da estrutura produtiva, com foco específico no circuito espacial do leite no Paraná. Na necessidade do teor científico, o estudo adotou o método dialético como forma de refletir sobre os conflitos de contrários, debates e diálogos em torno do tema, na medida em que se transformaram os eventos que caracterizam o *meio* em que estão organizados os circuitos espaciais produtivos de leite no Paraná. Segundo Silva (2009), as abordagens dialéticas buscam compreender o contexto, com ênfase na temporalidade e historicidade, para explicar e compreender o fenômeno e evento.

Em termos de organização, o artigo estrutura-se, além desta introdução, em outras três seções. A seguir, na segunda seção, apresenta-se a peculiar relevância da pecuária leiteira para a economia paranaense ao longo da história. Na terceira seção, discute-se os resultados da ação do Estado do Paraná, em relação à circunstância nacional no sistema de ações para a transformação e formação de uma estrutura econômica leiteira, destacando sua base social produtiva e como isso resultou no desenvolvimento do circuito espacial do leite no estado. Por último, seguem as considerações finais.

2. Estado do Paraná: o sistema de ação na formação da estrutura do circuito espacial do leite

Historicamente, o Estado do Paraná se apresenta economicamente como uma bacia leiteira em relação às demais unidades federativas. Diante dessa realidade concreta, a pergunta que se impõe é: qual a importância econômica da pecuária leiteira no Paraná? Segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022), 5.494 municípios brasileiros⁸ apresentaram alguma produção de leite, com destaque para determinadas unidades federativas. Nessa conjuntura, o Paraná configura-se como o segundo maior produtor de leite nacional, atingindo um valor da produção de R\$ 11 bilhões,

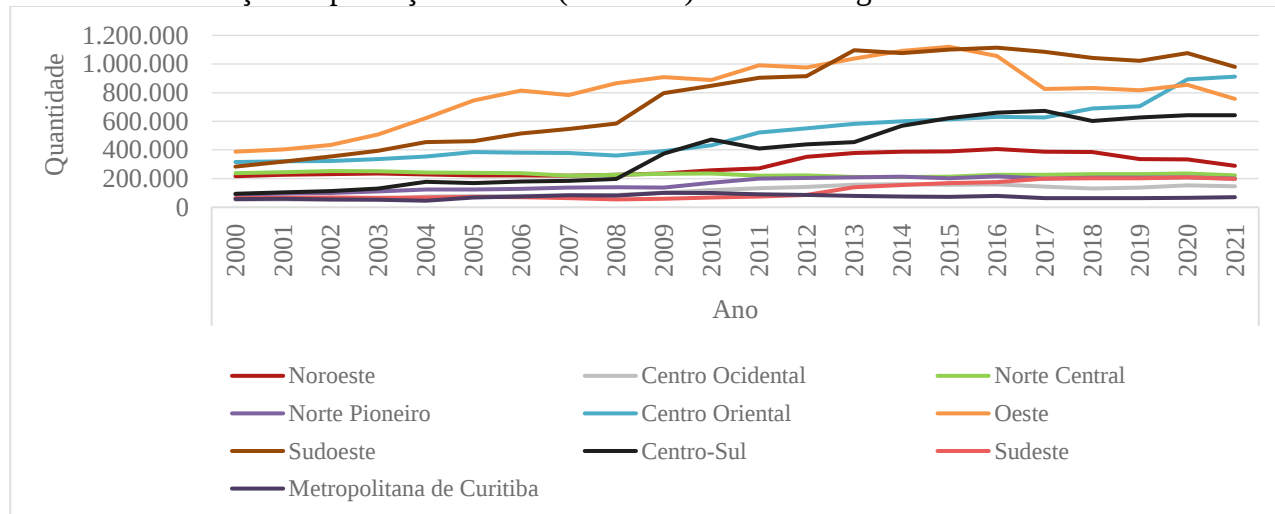
⁷ No mercado do leite paranaense há a presença de um oligopsonio interno que controla e tabela o preço pago ao produtor de leite por meio da Associação Sindileite e do Conseleite, composta por 21 laticínios em 2000, número que recentemente chegou a 67 laticínios regidos pela Federação da Indústria do Paraná (FIEP) em 2021. Conforme a documentação histórica da FIEP (1942), o setor passou a se organizar em 3 de fevereiro de 1939 e foi oficialmente fundado em 29 de outubro de 1942. Antes disso, porém, já existia o Sindicato Patronal dos Leiteiros, localizado na capital, Curitiba, que deu origem à entidade.

⁸ Sendo liderados mais uma vez por Castro (Paraná), 426,6 milhões de litros, um acréscimo de 4,9% em relação a 2020, e R\$ 1,2 bilhão em valor de produção. O segundo maior Município em produção de leite está no mesmo Estado: Carambeí (Paraná), com 255,6 milhões de litros e R\$ 703,0 milhões (PPM, 2021).

equivalente a 12,9% da produção nacional (PPM, 2022). Em termos quantitativos, consoante à Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA) (2021)⁹, os laticínios oriundos do Paraná representaram 8,76% da produção brasileira em 2020 (IBGE, 2021).

A produção de leite paranaense manteve-se em crescimento ao longo dos anos 2000, apresentando um notável aumento na quantidade produzida. No ano 2000, o valor da produção paranaense atingiu R\$ 1.799.240,00 (PPM, 2000). Em quantidade (litros), por outro lado, a elevação da produção foi contínua até o momento de atingir o ápice, no ano de 2016, com um total de 4.726.291 litros (PPM, 2025), conforme pode ser vislumbrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da produção de leite (mil litros) nas mesorregiões do Paraná entre 2000 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), 2025.

Ainda conforme o Gráfico 1, ao longo do processo histórico de 2000 a 2021, as mesorregiões Centro Oriental, Norte Central, Sudeste e Norte Pioneiro foram àquelas com menor contribuição produtiva na produção estadual. Contudo, seu produto manteve-se na casa dos 200.000 mil litros de leite. Por outro lado, as frentes que se destacam são o Sudoeste e o Oeste do Paraná (embora apresentem uma queda no período 2016 - 2021). Já o Centro Oriental e o Centro-Sul do Paraná vêm ascendendo desde 2010, quando o primeiro ultrapassou o Oeste do Paraná pela primeira vez na história da economia leiteira, fechando o ano de 2021 com 911.743 litros de leite (PPM, 2025). Seu desdobramento é impulsionado pela articulação do circuito espacial do leite, resultado de um conjunto de ações, elementos e agentes que concorrem e cooperam no e pelo território nacional para a formação socioespacial em determinadas regiões. Esse processo, pautado no modo de produção capitalista, contou com a superestrutura da base de políticas governamentais na ação do Estado.

⁹ Segundo a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2020), a atividade econômica de fabricação de produtos alimentícios participa de 14,46% do total da atividade econômica paranaense. Por outro lado, os laticínios participam em 02% da indústria da transformação do Paraná.

Dessa forma, mais do que a esfera da quantidade da produção, é possível problematizar como essa evolução leiteira no Paraná se transforma socialmente diante da dinâmica do capitalismo. Isto é, como o Estado age em seu sistema de ação? Quando descamada o conteúdo da história, nota-se que, o Norte do Paraná, por exemplo, obteve em 1975 expressivos incentivos por parte do governo à pecuária leiteira, por meio de política de preços¹⁰, execução de política de crédito e assistência técnica (IPARDES, 1979)¹¹. De fato, construiu-se um capital industrial por meio de múltiplas ações e forças do Estado. Ao tratar do Estado, o IPARDES (2006, p. 22), no livro *Paraná reinventado: política e governo*, apresenta as seguintes questões:

Não se pode tomá-lo nem como um agente detentor absoluto do poder, nem como um instrumento a ser conquistado pela sociedade. Nesse sentido, vale retomar a interrogação de Marilena Chauí: “como o poder político se destaca da sociedade e na qualidade de poder separado reaparece como encarnação universal?”

Segundo Azambuja (1986), o Estado não é imutável, e sim, uma das formas da dinâmica social, é a forma política de *sociabilidade*, e, por isso, varia no tempo e no espaço. Em se tratando do entendimento da faculdade da natureza do Estado¹², aparecem diversas interpretações, bem como variadas disciplinas do conhecimento que o estudam: Sociologia, História, Ciência Política, Filosofia e, até mesmo, a Geografia. Nesta última, por exemplo, pauta-se o território como categoria dentro do método analítico. Portanto, não desconsiderando a leitura dos clássicos, segundo Groppali (1968, p. 116):

A propósito do território que, como é sabido, é a parte delimitada da superfície terrestre sobre a qual um Estado exerce exclusivamente o próprio poder de império, apareceram e ainda se debatem em doutrina muitas questões, que encaram o território, de um lado, como constitutivo do Estado e, de outro, o encaram em sua posição jurídica frente ao próprio Estado.

Assim, na circunstância de uma economia em molde e gênese capitalista, e diante das necessidades da sociedade, não há capitalistas sem Estados capitalistas (Amin, 2001). Isso pode ser constatado no fomento para a criação da grande indústria de leite no Norte do Paraná em 1975. Aqui,

¹⁰ O Sistema de preço é uma ferramenta usada pelo mercado capitalista, sendo relevante no circuito espacial produtivo. Segundo Gomes e Alves (2001), nos últimos anos, profundas transformações ocorreram na produção de leite, as quais são motivadas, basicamente, pelos seguintes fatores: a) liberação do preço do leite, em setembro de 1991; b) maior abertura comercial, em especial com o advento do Mercosul; c) Estabilidade da moeda, com destaque para a queda da inflação, mediante o Plano Real, em julho de 1994. A conjugação desses fatores provocou profundas mudanças em todo o circuito do leite, do produtor ao consumidor, passando pela indústria e distribuição.

¹¹ Conforme registro do IPARDES (1979, p.24): Os incentivos à produção de leite, ou seja, melhor preço, crédito, assistência técnica, e instalação de uma grande indústria na região, ocorreu uma dinamização da produção, isto é, o capital industrial apoiado pelo aparelho do Estado, penetrou diretamente na produção leiteira, provocando uma série de transformações nessa atividade, principalmente em termos de evolução técnica.

¹² Kuhn (1979, p. 40), *en realidad, toda reflexión sobre el Estado corre el peligro de eternizar los rasgos precedidos de una de sus manifestaciones – aquella traída a la cercanía del pensador por experiencias vinculadas a su tempo y su lugar – y de ese modo confundir el ejemplar por su esencia.*

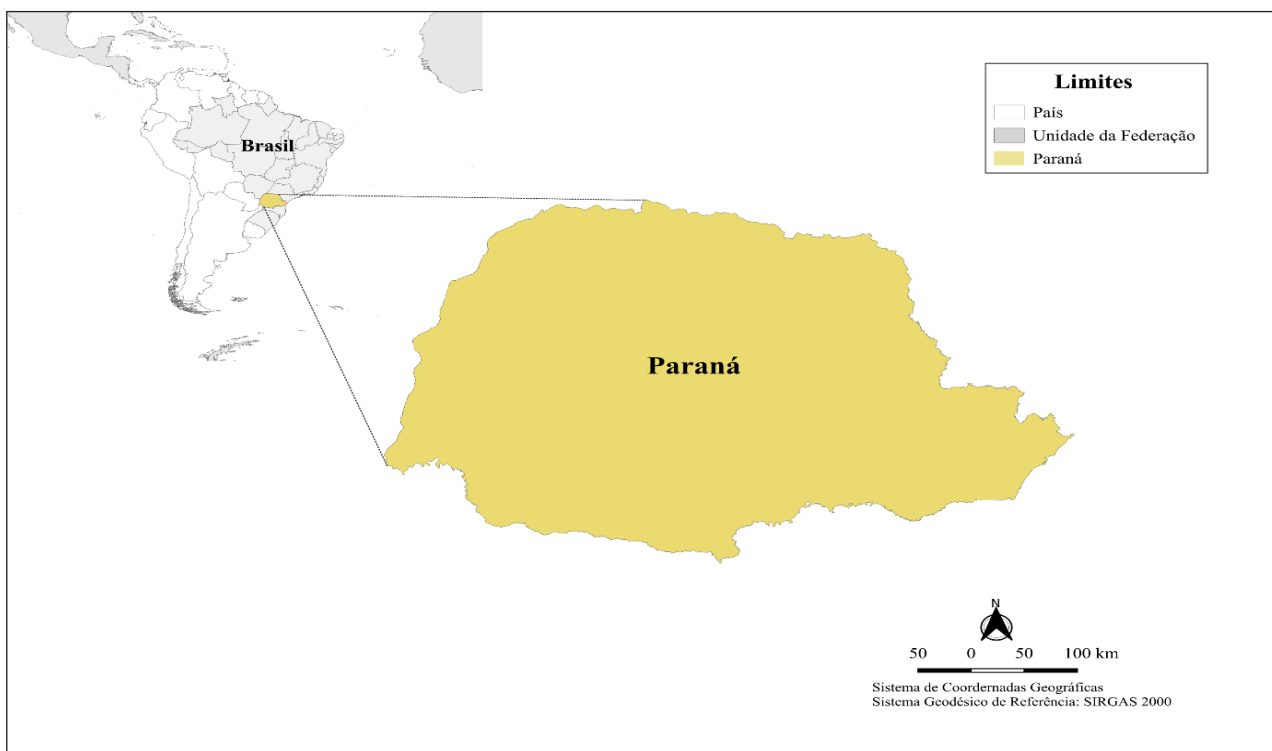
as instituições estão presentes como instâncias das normas do Estado e, desta forma, repercutem sobre o uso do território para a concretização do capital. Pois é desse modo que se pode compreender que as formas sociais – dentre as quais o Estado – materializam-se nas instituições. Para Polanyi (2000, p. 100), “evidenciou-se que não era tanto a mente dos selvagens que diferia da nossa, mas sim suas instituições”.

Em síntese, a articulação da evolução da economia leiteira como parte da formação do circuito espacial do leite, e com o apoio do sistema estatal, é observada no Estado do Paraná. Neste sentido, a seção a seguir apresenta e discute, em relação a esta, como se dão as ações concretas das políticas governamentais por parte do Estado para a transformação e formação de uma estrutura socioespacial leiteira no Paraná.

3. Discutindo os resultados: a *práxis* entre teoria e prática política

Segundo o recente Censo Demográfico (IBGE, 2022), o Paraná abriga uma população residente de 11.443.208 pessoas, em uma área territorial de 199.299 km², resultando em uma densidade demográfica de 57,42 habitantes por km², superando a média nacional, que é de 23,38 habitantes por quilômetro quadrado (km²). Esta unidade da Federação faz fronteira com São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul no Brasil, e com o Paraguai e a Argentina na escala internacional. Como forma de visualização do recorte espacial deste estudo, a Figura 1 representa o mapa de localização do Paraná no contexto do Brasil e do Globo.

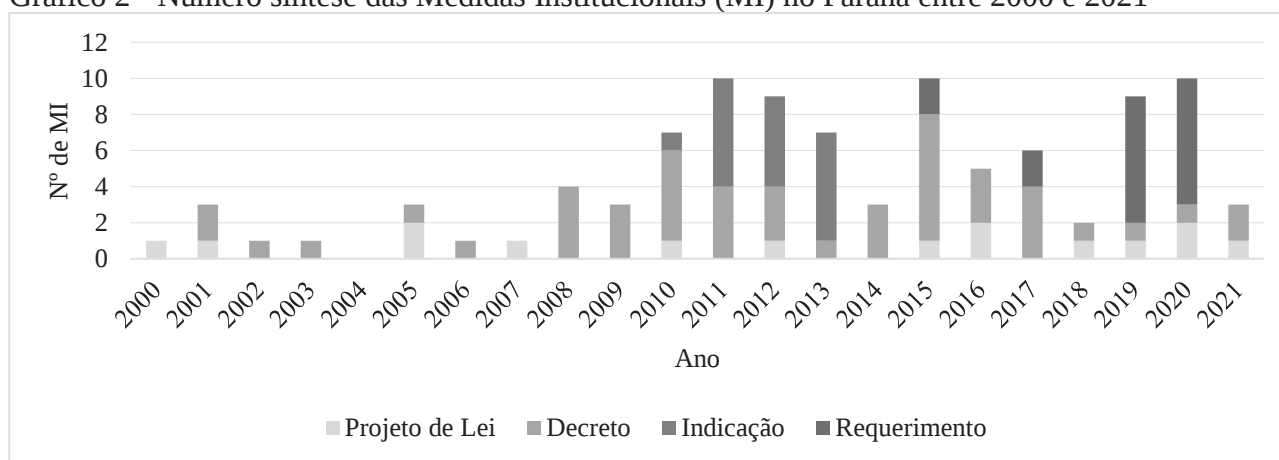
Figura 1 - Mapa de Localização do Paraná no Brasil e no Globo



Fonte: Elaborado pelos autores, com referência no IBGE, Base Cartográfica, 2025.

A materialização das funções das ações do Estado em relação ao circuito espacial do leite no Paraná, é demonstrada no Gráfico 2, o qual exhibe algumas Medidas Institucionais (MI) voltadas a esta atividade econômica entre os anos 2000 e 2021. As fontes utilizadas foram a Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP e Casa Civil, as quais representam órgãos/instituições relevantes do poder político paranaense. Ao analisar o movimento do objeto de análise ao longo do tempo no espaço, houve relativa importância das políticas governamentais, descritas e relacionadas em ordem temporal, tendo o ano de 2000 como marco temporal de partida¹³.

Gráfico 2 - Número síntese das Medidas Institucionais (MI) no Paraná entre 2000 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na Assembleia Legislativa do Paraná e Casa Civil, 2025.

¹³ Só se faz possível compreendendo a totalidade em movimento, estudando processos e movimentos da História, por isso a justificativa da periodização partindo dos anos 2000 nos permite chegar um pouco mais perto da realidade concreta.

Este período é iniciado no segundo ano do governo Lerner II (2000) e encerra-se no terceiro ano do governo Carlos Roberto Massa Júnior I (popularmente chamado de Ratinho Júnior)¹⁴. Nesse período o estado do Paraná, por meio da Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP, diante de ações e interesses dos (as) deputados (as), aprovou o total de 115 medidas, as quais classificaram-se em 17 Projetos de Lei, 62 Decretos, 18 Indicações e 18 Requerimentos referentes à concretização do circuito espacial do leite, entre os anos de 2000 e 2021 (Paraná, 2024).

Cabe realçar, conforme exibido no Gráfico 2, a elevação destas medidas institucionais a partir de 2010, embora em três anos (2014, 2018 e 2021) o número tenha sido inferior ao alcançado anteriormente (2008). Ainda, os cinco anos com maior número destas medidas ocorreram em início de novos governos: os dois primeiros anos do governo Beto Richa I, no primeiro ano do governo Beto Richa II e nos dois primeiros anos do governo Ratinho Júnior I.

As medidas aprovadas podem ser compreendidas quando se analisa o seu conteúdo textual, como voltadas aos interesses de agroindústrias e laticínios, à tecnificação e inovação do circuito produtivo de leite, em mesorregiões diferenciadas e específicas, do interesse tanto econômico quanto político e geográfico. Em particular, em termos da distribuição desigual regional, no Sudoeste paranaense tem-se a proposta de projeto por forças de latifundiários, por exemplo. A indicação legislativa 2.462/2011, a qual se encontra em status de tramitação, solicita recursos para pavimentação com pedras irregulares nas mangueiras das propriedades de bovinocultura de leite para o município de Palmas¹⁵.

Com relação aos incentivos através de políticas fiscais, estas são voltadas principalmente à arrecadação de tributos, promovendo transformações de forma direta nos setores da economia leiteira e respingando ativamente nas regiões paranaenses. Outro exemplo pode ser observado na utilização da alíquota para impulsionar a aceleração da competitividade do circuito produtivo de leite, conforme determina o Decreto 5.621/2002. Nele, fica estabelecido, no artigo 34, que:

Os produtores rurais, no momento da saída de produtos agropecuários, poderão abater do ICMS ao recolher o imposto cobrado na operação de aquisição de insumos e de mercadorias, ainda que destinadas ao ativo permanente, e na prestação de serviços destinados à produção, na forma desta subseção, observado, no que couber, o disposto no § 4º do art. 24 (Casa Civil, 2023, p.2).

¹⁴ Jaime Lerner foi governador do Paraná em dois mandatos sucessivos: Lerner I (1995-1998) e Lerner II (1999-2002). Ratinho Junior foi governador entre 2019-2022 (Ratinho Junior I) e está atualmente no segundo mandato (Ratinho Junior II, de 2023-2026).

¹⁵ Segundo a Assembleia Legislativa do Paraná (2023), a justificativa dessa indicação deriva do atendimento às exigências relacionadas à qualidade do leite (Instrução Normativa 51 e 62) e baseado em diagnóstico realizado, detectou-se grande problema causado pela formação de lama ao redor dos estábulos em dias chuvosos, principalmente no período de inverno, desencadeando transtornos para os produtores e um ambiente propício para proliferação de bactérias, afetando diretamente a qualidade do leite produzido. Na época, o número de produtores enquadrados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural era de 82 propriedades no município.

Ao longo dos governos Beto Richa (governo Beto Richa I: 2011-2014; governo Beto Richa II: 2015-2018) foram empregadas ações ao circuito espacial do leite com foco na região do Sudoeste paranaense, como o Programa Leite Sudoeste, administrado e arquitetado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Na região, este programa totalizou R\$ 1.109.749,30 nos anos de 2014 e 2015 (Paraná, 2023). Ainda conforme a mesma fonte, nos 42 municípios do Sudoeste, apenas 607 agricultores foram beneficiados, distribuindo recursos em 279 unidades produtivas, com uma média de aproximadamente R\$ 26.422,60 por município (Paraná, 2023). Consequentemente, por sua vez, no movimento de repasses monetário-financeiro foi se formando uma seletividade socioespacial quanto à distribuição de valores monetários, em que vários *sujeitos* da agricultura ficaram à mercê da distribuição do orçamento econômico-financeiro do programa.

O processo de produção do capital se soma a outros elos de forças, como, por exemplo, a iniciativa dos agentes e sujeitos da esfera pública¹⁶. Para tanto, mostra-se o Quadro 1, no qual o investimento financeiro é realizado por parte do Estado do Paraná em 2021. Os auxílios incluem os círculos de cooperação no espaço¹⁷, que condicionam, por meio do financiamento¹⁸, a criação de projetos paranaenses, bem como a formação da superestrutura para a circulação da produção e articulação do surgimento de cadeias produtivas que consubstanciam os circuitos espaciais produtivos no subespaço paranaense.

¹⁶ Isso não inclui, portanto, algumas ações provenientes da esfera privada, embora esta também se beneficie do sistema de ações do Estado, como políticas de incentivos tecnológicos e fiscais, como discutido.

¹⁷ Conceitualmente, compreende-se que os círculos de cooperação no espaço - as políticas, por exemplo - se articulam para a concretização desses circuitos produtivos. Segundo Santos (2008, p. 121): “os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens”.

¹⁸ Além do financiamento por parte do Estado do Paraná também existe a participação significativa das cooperativas de crédito vinculadas ao sistema financeiro.

Quadro 1 - Obras e Ações realizadas pelo Governo do Estado do Paraná no Paraná em Valor Total (R\$), em 2021

		(continua)
REALIZAÇÃO	ÓRGÃO	VALOR TOTAL
Aquisição e Controle de Compra do Leite das Crianças	SEAB	871.428.428,68
Programa Trator, Implementos e Equipamentos Agrícolas Solidários	SEAB	679.295.887,95
Pavimentação Poliédrica de Estradas Rurais	SEAB	132.681.837,84
Aquisição de Caminhão Coletor	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	73.282.453,24
Coleta de Resíduos Sólidos e Urbanos no Litoral	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	62.535.061,54
Projeto de Apoio ao Manejo e Fertilidade do Solo	SEAB	43.223.948,45
Seguro Cultura Agrícola	SEAB	38.681.513,03
Projeto de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais	SEAB	30.313.382,06
Financiamento - SFM de Elaboração de Ampliação da Cobertura Cartográfica Urbana	SEDU/PRCIDADE	29.653.172,14
Políticas Agrícolas - Máquinas, Equipamentos e Implementos para a Agricultura Familiar	SEAB	29.170.478,66
Revitalização e Recuperação de Instalações nas Unidades da Central de Abastecimento SA (CEASA)	SEAB/CEASA	27.216.044,71
Implantação de Obras de Drenagem	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	22.295.189,97
Perfuração de Poços Artesianos para Sistema de Abastecimento de Água	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	20.048.341,76
Gestão de Solos e Águas em Microbacias	SEAB	19.560.173,95
Prestação de Serviços para Obras de Drenagem e Erosão	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	13.588.964,90
Reformas de Prédio Público	SEDEST/IAT	11.050.962,13
Esterilização de cães e gatos	SEDEST	5.222.967,46
Construção de Parque	SEDEST/IAT	5.159.180,30
Convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para Implantação de Sistemas de Fitorremediação na Bacia do Rio Belém.	SEDEST	4.700.000,00
Apoio ao Fortalecimento da Pecuária Leiteira	SEAB	4.538.080,52
Sistema de Financiamento aos Municípios - Revitalização de Parque Municipal	SEDU/PRCIDADE	4.292.393,11
Políticas Agrícolas - Veículos para Assistência Técnica à Agricultura Familiar	SEAB	4.118.790,91
Regularização Fundiária – PróRural	SEDEST/ITCG	4.010.857,98
Estações Hidrológicas Telemétricas Transmissão GOES	SEDEST	3.534.060,00
Implantação de Aterro Sanitário	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	3.223.707,54
Plano Paraná Mais Cidades	SEAB	3.156.990,33
Elaboração Plano de Bacia	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	2.942.116,59
Plano Estadual de Resíduos Sólidos	SEDEST	2.811.277,27
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II – Drenagem	SEDU/COMEC	2.603.805,07
Regularização Fundiária - Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG)	SEDEST/ITCG	2.491.360,00
Financiamento - SFM de Implantação de Esgotamento Sanitário	SEDU/PRCIDADE	2.384.949,42
Reparos em Parques	SEDEST/IAT	2.271.392,83
Ação Emergencial para Mitigação dos Efeitos da Estiagem no Sudoeste do Estado do Paraná	SEAB	2.191.720,00
Levantamento Geológico Básico e Temático	SEMA/MINEROPAR	2.146.877,00
Projeto de Incentivo à Modernização da Sericultura no Paraná	SEAB	2.145.223,13

Quadro 1 - Obras e Ações realizadas pelo Governo do Estado do Paraná no Paraná em Valor Total (R\$), em 2021

		(conclusão)
Políticas Agrícolas - Repasse de Recursos à Agroindústria Familiar	SEAB	2.098.471,43
Mapeamento para Gestão de Riscos e Desastres	SEDEST	1.934.000,00
Aquisição de Veículos	SEDEST	1.488.812,44
Sistema de Financiamento aos Municípios - Ampliação de Aterro Sanitário	SEDU/PRCIDADE	1.444.594,30
Projeto Leite - Arenito Caiuá	SEAB	1.384.500,00
Sistema de Monitoramento de Descargas Atmosféricas	SEDEST	1.138.386,00
Projeto Leite – Sudoeste	SEAB	1.109.746,30
Conservação de Estradas Rurais - Recursos do Tesouro do Estado	SEAB	1.099.213,21
Construção de Escritório Regional	SEDEST/IAT	1.096.198,84
Aquisição de Sistema de Armazenamento e Processamento de Dados	SEDEST	1.073.060,00
Inventário Florestal Nacional	SEDEST	935.000,00
Políticas Agrícolas - Matadouro Municipal	SEAB	921.848,07
Programa Inventário Estadual de Gases Efeito Estufa (GEE)	SEDEST/IAT	849.500,00
Sistema de Financiamento aos Municípios - Aquisição de Área para Parque Municipal	SEDU/PRCIDADE	840.000,00
Construção de Casa de Viveirista	SEDEST/IAT	814.572,43
Políticas Agrícolas - Parque de Exposição	SEAB	753.772,55
Construção, ampliação e/ou reforma em unidade da SEAB	SEAB	724.939,91
Agricultura Familiar - Aquisição e Distribuição de Sementes Para Comunidades Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares	SEAB	625.000,00
Políticas Agrícolas - Equipamentos para Parque de Feiras e Exposições	SEAB	542.766,21
Hortas comunitárias	SEAB	486.416,71
Projeto Leite - Norte Pioneiro	SEAB	421.200,00
Projeto de Implantação de Unidades Demonstrativas de Café	SEAB	319.720,95
Políticas Agrícolas - Exposição Feira Sabores do Paraná	SEAB	303.120,50
Aquisição de Imagens de Satélites	SEDEST	295.500,00
Zoneamento Ecológico Econômico	SEDEST/ITCG	218.000,00
Construção de Trapiche	SEDEST/IAT	209.721,81
Construção de Centro de Educação Ambiental	SEDEST/IAT	200.000,00
Comitê de Bacia Hidrográfica	SEDEST/ÁGUASPARANÁ	198.060,00
Central pública de recebimento e distribuição de alimentos da agricultura familiar	SEAB	166.540,73
Melhoria de Parque Ecológico	SEDEST/IAT	129.142,29
Políticas Agrícolas - Apoio à Ampliação na Produção de Mudanças de Café	SEAB	112.686,13
Reparos em Prédio Público	SEDEST	96.120,00
Projeto Estradas com Araucárias	SEDEST/IAT	46.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na SEAB – Paraná, 2025. Nota: 1) os investimentos foram acionados com foco nas áreas de Agricultura, Sustentabilidade e Meio ambiente.

As ações realizadas pelo governo constituem um fator central para conduzir a análise regional paranaense em coesão com o território brasileiro e, ao mesmo tempo, compreender as condições de seletividades, perversidades, diferenças e diversidades no implante do sistema de objetos – leia-se projetos e obras. Entre as obras e ações concretizadas no Paraná pelo governo do Estado em 2021, destacam-se: ação emergencial para mitigação dos efeitos de estiagem no Sudoeste – PR; Projeto de Leite – Sudoeste; Central pública de recebimento e distribuição de alimento da Agricultura Familiar; Inventário Florestal Nacional; e Perfuração de Poços Artesianos para Sistema de Abastecimento de Água. Estes podem ser separados por focos de interesses econômicos, que abrangem a agricultura, sustentabilidade¹⁹ e *meio ambiente*. Cabe destacar que o primeiro lugar pertenceu a aquisição e o controle da compra do leite das crianças, somando 871 milhões de reais do valor total do Estado do Paraná.

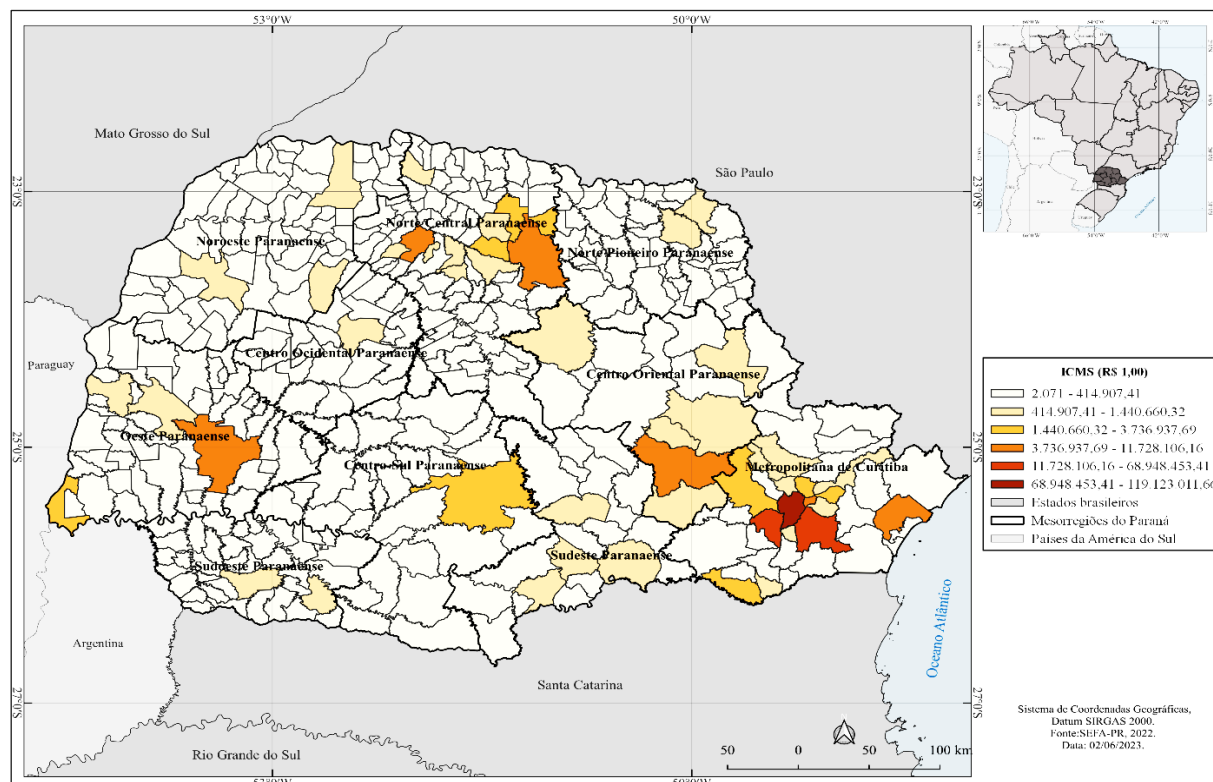
Com base no Quadro 1, observa-se que o sistema de ações do Estado paranaense usa do território como forma de condicionar projetos para a fluidez da circulação do capital, atendendo há interesses particulares. Ainda conforme as informações exibidas no Quadro 1, em 2021, durante o governo Ratinho Júnior houve a injeção de fomentos voltados à infraestrutura e à estruturação produtiva. Contudo, existem outras obras e ações que não foram efetivadas ou foram extintas ao longo do tempo, seja por interesses políticos, seja por manipulação de elites econômicas. Isso abre caminhos para criação do sistema de ações materializadas, o qual percorre junto aos programas políticos determinados por grupos de poder que dirigem e capturam o Estado, os quais são explicitados na quantidade de realizações feitas pelas decisões e correlações de forças políticas.

Também, ao descamar as múltiplas *determinações* e *sobredeterminações* da realidade da economia leiteira paranaense, percebe-se um interesse no orçamento público, sobretudo nas receitas do Estado do Paraná. A justificativa é que essas receitas pertencem ao Estado e integram o patrimônio do poder. Ou seja, na formulação de políticas governamentais apresentadas nos parágrafos anteriores (conforme ações mencionadas no Quadro 1), há um interesse pela origem do dinheiro como forma de “**manutenção universal**” da riqueza e reprodução do valor do capital no espaço geográfico. Nessa circunstância, essa disputa fica

¹⁹ Existem consensos e não consensos em torno da palavra sustentabilidade (e/ou meio ambiente) sendo um terreno de disputa ideológico. No mundo acelerado, não se tem tempo para aprofundar essa palavra, mas da necessidade de uma análise crítica no conteúdo desde que esse ponto começou a ser discutido no âmbito de programas políticos, tanto na esfera nacional como na municipal.

evidenciada na Figura 2, que *empiriciza* a arrecadação²⁰ do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), distribuído e concentrado entre as mesorregiões paranaenses.

Figura 2 - Mapa da arrecadação do ICMS (100%) por município de origem do contribuinte – Paraná e mesorregiões paranaenses - 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na Base Cartográfica (IBGE) 2021 e Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (2021), 2025.

Em 2020, a arrecadação total de ICMS no Paraná somou R\$ 30,80 bilhões, enquanto, em 2021, atingiu o total de R\$ 38,18 bilhões. Nesse último ano, do valor total, o Sudoeste do Paraná participou com R\$ 458,73 milhões, representando 1,20%. Os municípios que se destacaram na participação total do Sudoeste foram: Francisco Beltrão (R\$ 144,07 milhões), Pato Branco (R\$ 124,12 milhões), Ampére (R\$ 27,20 milhões) e Coronel Vivida (R\$ 26,53 milhões) (SEFA, 2025).

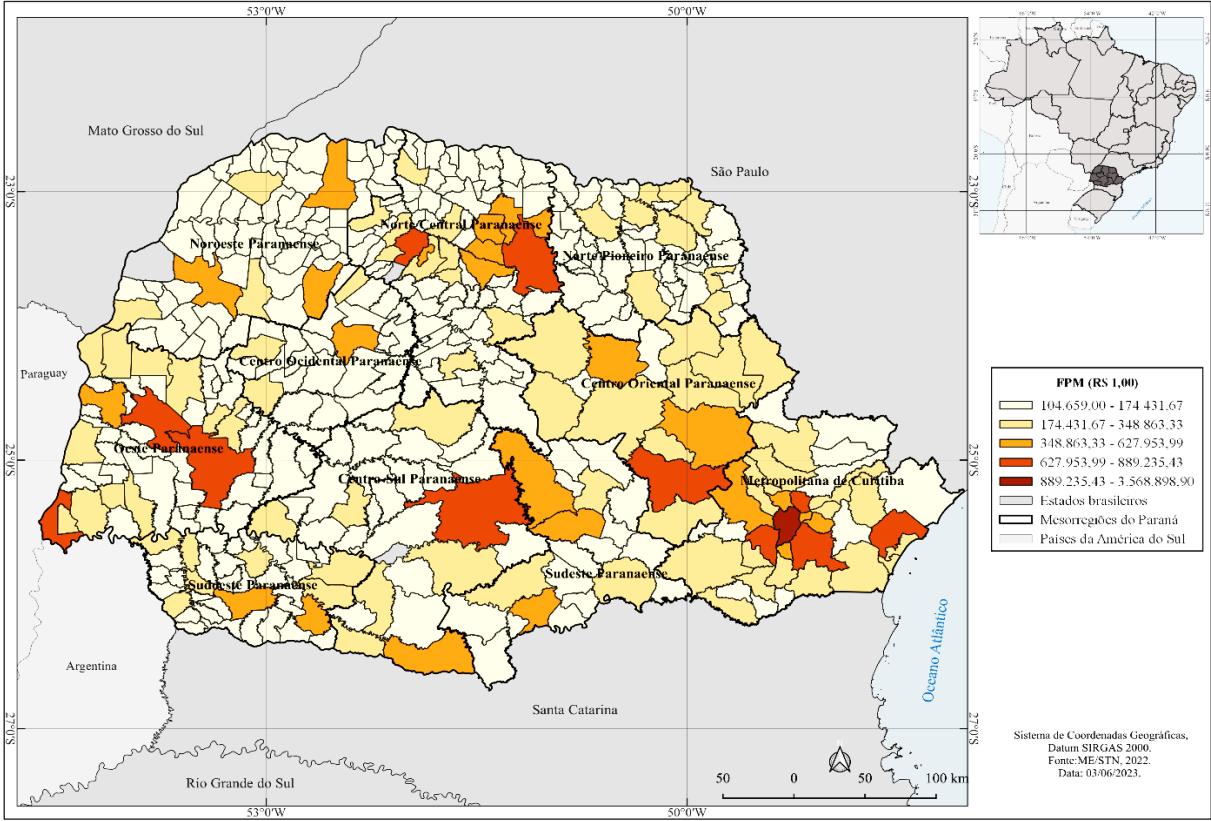
Diante dos dados, a Figura 2 demonstra como o ICMS está agindo para compor as receitas públicas do Orçamento Público do Estado do Paraná. Como mencionado, este último

²⁰ Metodologicamente, a arrecadação está distribuída segundo o local de instalação do estabelecimento contribuinte, quando cadastrado e onde foi recebida, nos outros casos. O total do Estado difere da soma dos municípios em razão da não inclusão de outros locais, que são os contribuintes do Paraná, localizados em outros estados (substituto tributário) (IPARDES, 2021).

gera conflitos e interesses quanto à distribuição para a formulação de políticas governamentais, sobretudo diante da correlação da disputa de poderes das elites regionais, bem como a contemplação de beneficiamento de circuitos espaciais produtivos, como a especificidade do circuito espacial do leite.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2025), os repasses da União do Fundo de Participação da União para o Fundo de Participação do Estado (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Paraná, no ano de 2021, foram respectivamente de R\$ 2,84 bilhões e R\$ 7,87 bilhões. Em complemento, a Figura 3 apresenta os repasses monetários do Estado nacional para o Fundo de Participação dos Municípios. Nela, nota-se a concentração da absorção desse fundo em municípios específicos do Paraná, como na região Metropolitana de Curitiba, onde a capital centraliza as decisões (como o Poder Executivo e Poder Legislativo), uma vez que é onde se localiza o local geográfico do poder político.

Figura 3 - Mapa dos repasses da União pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM R\$ 1,00) – Paraná e as mesorregiões paranaenses – 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na Base Cartográfica (IBGE) 2021 e Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2021), 2025.

A distribuição monetária dos repasses do FPM entre os municípios do Paraná, em 2021, foi a seguinte: Curitiba recebeu R\$ 0,36 bilhões (4,57% do total estadual). Municípios como Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Araucária, Paranaguá e Toledo ficaram com R\$ 0,09 bilhões (1,14%). Apucarana, Campo Largo, Pinhais, Almirante Tamandaré, Arapongas, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Umuarama e Cambé receberam cerca de R\$ 0,06 bilhões (0,76%). Já Campo Mourão, Francisco Beltrão, Sarandi, Cianorte, Paranavaí, Pato Branco, Telêmaco Borba e Castro ficaram com R\$ 0,05 bilhões (0,64%). Por fim, Rolândia, Ibiporã, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Prudentópolis, União da Vitória e Irati receberam cerca de R\$ 0,04 bilhões (0,51%) (STN, 2025)²¹.

Nesse sentido e significado, com base no conteúdo da empiria, nota-se que a forma do Estado na economia capitalista se manifesta por meio da formação do orçamento público, parte da peça da representação das ações dos governos em diversos segmentos que compõem a totalidade da economia e das regiões paranaenses. Como se pode analisar nos parágrafos anteriores, por meio de um conjunto do sistema direto de ações, o Estado do Paraná aparece, sendo amparado e arquitetado pelas instituições, tanto imateriais (ideologia) quanto materiais (concretização dos PLs). Nessa última ideia, o Estado:

Torna-se o maior responsável pela penetração de inovações e pela criação de condições de sucesso de investimentos porque, como instrumento de homogeneização do espaço e do equipamento de infraestrutura, ele torna-se responsável maior pela penetração das inovações e pelo sucesso do capital investido [...] (Santos, 2001, p. 222-223).

Além disso, abstraindo-se da realidade concreta, o papel do Estado passa a fundamentar a formação social, como afirma Poulantzas (1985)²², ou, indo além, a transformar o espaço geográfico pela busca insana do valor de uso do território. Por outra visão, em debate, segundo Almeida e Caldas (2017): “[...] à conclusão de que reformas nas instituições do Estado e em sua legislação são incapazes de alterar a dinâmica do processo de valorização do valor que caracteriza o capitalismo”. Afinal, é no centro das instituições que se cria uma relação estreita entre ciência, indústria e trabalho, com a tecnociência ligada ao processo produtivo no método de produção capitalista.

²¹ O restante dos municípios paranaenses, que ficaram abaixo de 0,04 bilhões, não foi destacado neste texto.

²² Poulantzas (1985, p. 148), “o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e relações de classes”.

Em suma, conforme visto em tela, as ações do Estado capitalista foram determinantes para a formação e estruturação do circuito espacial do leite no Paraná, o qual atravessa além da escala regional – incorporando lugar e mundo dialeticamente, no capitalismo global. Assim sendo, os resultados do sistema de ações do Estado decorrem da correlação de forças entre elites regionais, que se articulam no poder das instituições, como a mediação do Poder Legislativo e o Executivo. As características dessas ações são acompanhadas pelo processo da estruturação e dinâmica do capitalismo, no qual se manifesta a *fetichização* das relações de poder e domínio do capitalismo, consubstanciando a formação de uma possível fração particular da “elite pecuária leiteira”.

Destarte, a burguesia encontra solução para um problema nada menor: a promessa civilizatória de construir um mundo de homens livres e iguais (Osorio, 2020). Em contraposição, no processo de produção, a ilusão de igualdade na esfera da circulação desaparece na esfera da produção capitalista, assim como o Estado se constitui para a proteção da propriedade.

Considerações finais

Criticamente, ao longo deste estudo, os projetos intensificaram o processo de acumulação e reprodução do capital ligado aos circuitos do agronegócio, estruturando as forças produtivas de modo a atender às necessidades do capital e gerando contradições inerentes, como a concentração dos meios de produção e o desenvolvimento desigual entre as regiões paranaenses. Esse processo, que não é novo na história econômica, tem sido estimulado, entre outras razões, pelas políticas estaduais de estímulos econômicos. Logo, fez-se necessário examinar quais ações o poder estatal paranaense tem utilizado para beneficiar os agentes integrados no circuito do leite. Desse modo, o texto desvendou a ação do Estado do Paraná na formação e transformação da estrutura produtiva, com foco específico no circuito espacial do leite, conforme as medidas institucionais verificadas entre 2000 e 2021.

Na *práxis* entre a teoria e o sistema de ação do Estado, na situação do processo do circuito específico, a pecuária leiteira foi objeto de ações que beneficiam projetos de infraestruturas, mecanização e formação de capital em que, conjuntamente, se esbaldam de investimentos públicos, sobretudo de parcelas da formação do Orçamento Público do Paraná, como o Programa Leite Sudoeste, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

e as obras e ações realizadas pelo Governo do Estado do Paraná para a esfera da circulação do capital do leite no espaço, como forma de transformação da produção.

Além disso, considerando o problema da formação brasileira, é necessário rever como as regiões se inserem no processo do capitalismo no Brasil, e como esse processo se instala em uma aguda crise na conjuntura recente, marcada pela tensão entre irracionalidade e racionalidade. Como resultado, demonstra-se que os governantes do Estado do Paraná, em continuidade (por exemplo, Jaime Lerner e o atual Carlos Roberto Massa Júnior), mantêm uma conduta favorável a formação de um circuito específico que atende aos interesses dos agronegócios (brasileiros e mundiais) e são engolidos pelos mesmos problemas atrelados ao território brasileiro.

De todo modo, esses pactos políticos para o funcionamento do circuito espacial do leite são acionados por uma forma-função combinada de conteúdo econômico, político e jurídico. Assim, determinam a localização da escala geográfica do capital industrial, do capital financeiro, da agropecuária e do serviço, sendo esses alguns dos elementos que interagem e são realizados no espaço geográfico. O Estado exerce como integrador das normas, enquanto o Governo (e governos) se expressa por meio da arquitetura das políticas institucionais, no processo do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, nos aspectos imateriais – a ideologia. Com isso, os circuitos espaciais produtivos se desdobram de forma relativa nesse subespaço paranaense, como uma variável ativa na reprodução social da vida, contemplado escalas mundial, nacional, paranaense, e, por fim, condicionada ao poder municipal.

Reforçando, outras evidências foram sendo levantadas e refletidas ao longo da pesquisa. No Estado do Paraná, deve-se ter em consciência que, no campo econômico, as estruturas de mercado foram transformadas ao longo do tempo histórico (2000-2021), com a participação ativa da política dos governos paranaenses. Isso fermentou a criação de uma fração particular - uma elite pertencente a pecuária leiteira nacional - e, em maior profundidade, para a manutenção do poder dos capitalistas dos agronegócios, que ora se apresenta como “nacionais” e regionais, ora flertando com o global.

Referências

ALMEIDA, S. L.; CALDAS, C. O. L. Revolução Russa, Estado e Direito: abertura para compreensão das formas sociais e das formações econômico-sociais. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n.3, 2017, p. 2377-2404. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30068/21401>. Acesso em: 17 mar. 2024.

AMIN, S. Capitalismo, imperialismo, mundialización. In: SOANE, José; TADDEI, Emilio (orgs.). **Resistencias mundiales**. De Seattle a Porto Alegre, Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. p. 15-29. Disponível em: https://www.ehu.eus/Jarriola/Docencia/EcoInt/Lecturas/Samir%20Amin_capitalismo%20imperialismo%20mundializacion.pdf. Acesso em: 25 mai. 2024.

AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional - STN**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em: 7 mar. 2025.

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados**. Carta sindical: 29 de outubro de 1942. Data de fundação: 29 out. 1942 - 3 fev. 1939 (ver Carta Sindical).

GOMES, A. P.; ALVES, E. As transformações da produção de leite e seus impactos no número de produtores e na necessidade de mão-de-obra. In: MONTROYA, Marco Antonio; PARRÉ, José Luiz (org.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX: realidade e perspectiva regional e internacional**. Passo Fundo: UPF, 2000, v. 2, p. 81-102. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/153639/1/As-transformacoes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

GONZALEZ, L. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020 [1995]. p. 158-170.

GROPPALI, A. **Doutrina do Estado**. Traduzida da 8. ed. italiana por Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Saraiva, 1968.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, v. 28, p.1-28, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2000_v28_br.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, v. 50, p.1-12, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2022_v50_br_informativo.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal - PPM**. 2025. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74#resultado>. Acesso em: 22 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas/brasil/2021>. Acesso em: 08 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938>. Acesso em: 07 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **REGIÕES de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 22 fev. 2024.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Análise do setor produtivo do leite**: relações entre agricultura e indústria no Norte do Paraná. 1979.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Paraná reinventado**: política e governo. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. 2021. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/anuario_2021/index.html. Acesso em: 01 jun. 2024.

KUHN, H. **El Estado**: uma exposicion filosofica. Madrid: Ediciones Rialp, S.A. 1979.

MASCARO, A. L. **Filosofia do direito**. 9. ed. São Paulo: GEN-Atlas, 2022a.

OSORIO, J. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**. Tradução: PRADO, Fernando Correa; BREDÁ, Diógenes Moura; MACHADO, Marina; BICHIR, Maira. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

PARANÁ. **Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP**. 2023. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/regimento-interno-da-assembleia-legislativa>. Acesso em: 19 dez. 2024.

PARANÁ. **CASA CIVIL**: Sistema Estadual de Legislação. 2023. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB**. 2022. Disponível em: <http://bi.pr.gov.br/REALIZACOESEGOV/index.html?windowId=d60>. Acesso em: 24 ago. 2024.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, R.H.R. Análise epistemológica das dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em Educação Especial da Universidade de São Carlos: 1981-2002. **Polyphonia/Solta a voz**, Goiás, v.17, n.1, p. 85-88, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bwqBF79gzbM9qjbbSyv4nzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2024.